

Circulação de papéis: notícias e ideias pela América portuguesa (1808-1822)

Circulation of papers: news and ideas through Portuguese America (1808-1822)

Augusto Henrique Assis Resende

 <https://orcid.org/0000-0002-2414-1831>

Universidade Estadual Paulista

Resumo: O início do século XIX no Brasil é marcado por um processo de grande ruptura estrutural, a quebra do antigo sistema colonial, que se materializa especialmente após a transladação da Corte portuguesa em 1808. As alterações sociais, econômicas e políticas vivenciadas à época tiveram nos escritos (impressos e manuscritos) uma importante ferramenta na disseminação de ideias, notícias, culturas políticas, bem como num rearranjo de comportamentos sociais que perpassavam as alterações que ocorriam entre os âmbitos privado e público daquela sociedade. Para o entendimento dessas situações, apresento algumas discussões historiográficas, bem como fragmentos de fontes (do *Correio Brasiliense*, *Idade d'Ouro do Brasil*, *Correio do Rio de Janeiro* e *Revérbero Constitucional Fluminense*) pertinentes ao recorte temporal (1808-1822), e com os quais quero demonstrar a quase livre circulação de escritos em períodos de extrema proibição, circulação que possibilitava a veiculação de ideias. Tudo isso sob a vigilância da coroa através da censura, um instrumento que enfrentava as dificuldades práticas e logísticas de seu tempo. A abordagem das fontes é feita por meio da associação de dois tipos complementares de metodologia: o método crítico, consagrado por Marc Bloch (2001) e também difundido por Antoine Prost (2014); e a análise semântica, exposta e explicitada por Ronaldo Vainfas e por Ciro Flamarion Cardoso (1997).

Palavras-chave: Escritos. Censura. Notícias.

Abstract: The earlier 19th century in Brasil is marked by a great process of structural rupture, the breaking of the old colonial system, which materialize itself specially after transfer of Portuguese court in 1808. The social, economic and political changes experienced at the time had in the writings (printed and manuscripts) an important tool of dissemination of ideas, news, political cultures, as well as in a rearrangement of social behaviors that permeated the changes that occurred between the private and public spheres of that society. For the understanding of these situations, I present some historiographical discussions, as well as fragments of sources (like in the *Correio Brasiliense*, *Idade d'Ouro do Brasil*, *Correio do Rio de Janeiro* and *Revérbero Constitucional Fluminense*) pertinent to the time frame (1808-1822), and with which I want to demonstrate the almost free circulation of writings in periods of extreme prohibition, a circulation that made it possible the transmission of ideas. All of this was under the watch of the crown through censorship, an instrument that faced the practical and logistical difficulties of its time. The sources are approached through the association of two complementary types of methodology: the critical method, enshrined by Marc Bloch (2001) and also disseminated by Antoine Prost (2014); and the semantic analysis, exposed and explained by Ronaldo Vainfas and Ciro Flamarion Cardoso (1997).

Keywords: Writings. Censorship. News.

Neste texto, eu apresento algumas reflexões concernentes à variedade de material escrito que circulava pela América portuguesa entre 1808 e 1822, bem como à censura que intentava controlar essa circulação. O texto que segue é uma parte daquilo que está sendo desenvolvido em minha pesquisa de doutoramento (a partir de pesquisas que se iniciaram no segundo semestre de 2019 e ainda em curso), e leituras de parte do que foi produzido pelas historiografias brasileira e



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

portuguesa. Assim, a partir de manuscritos e de impressos que eram produzidos para circular em partes do Império luso-brasileiro no período supra, tenho por objetivo mostrar que muitas formas de escritos circulavam pelo Brasil há muito tempo, circulação que possibilitava a veiculação de uma série imensurável de ideias políticas e científicas, de literatura, etc.; demonstrar que os escritos que chegavam à América e que eram veiculados a partir de muitos portos brasileiros influenciaram sedições coloniais (num brevíssimo aparte, já que essa temática extrapola os contornos deste texto, assim como por haver ótimos trabalhos a esse respeito), e continuaram a estar presentes no cotidiano dos habitantes do Brasil no período de 1808 a 1822; além disso, pretendo esclarecer alguns aspectos relativos à censura oficial existente no Império e os limites do aparato censor relativamente à veiculação de escritos por aquele território, e das ideias presentes em tais papéis.

No procedimento com as fontes, as metodologias pelas quais me guio são o método crítico e a análise semântica. De modo que eu possa analisar toda a documentação com o rigor que o fazer histórico demanda, valho-me do que diz Marc Bloch (2001) acerca da importância de se analisar criticamente um documento, da desconfiança quanto ao que as fontes voluntárias e involuntárias oferecem aos historiadores. Também nesse sentido, Antoine Prost (2014) chama-nos a atenção para a grande relevância desse método de crítica documental e de suas regras (com as críticas: interna, externa, da sinceridade e da exatidão), as quais auxiliam os historiadores a procederem a pesquisas que tenham questionamentos pertinentes e que os levem a hipóteses e a respostas adequadas ao momento: o presente. Além disso, atento ao que dizem Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997), analiso os textos e os discursos presentes nesse *corpus* de maneira que ambos sejam percebidos para além da hermenêutica ou crítica de interpretação, isto é, que estejam relacionados ao contexto social em que aquela documentação foi produzida. Isso quer dizer que o texto não é um descolamento da realidade em que seu autor viveu e o produziu, e, por tal razão, esse material proporciona chaves de interpretação para que aquele período seja entendido, em outro momento, por historiadores de quaisquer épocas.

Portanto, com o correr do texto, tenho o intento de demonstrar que a América portuguesa esteve aberta a uma quase livre entrada e circulação de papéis de todo tipo e advindos de diversas origens; que a presença desses papéis ensejava a veiculação de ideias já consagradas no velho mundo, mas também traziam novidades do mundo científico, literário, econômico, social e político (casos do liberalismo e do constitucionalismo); e, por fim, viso analisar as ações da censura na porção americana do Império luso-brasileiro no período de 1808 a 1822, bem como demonstrar sua fragilidade em pôr em prática os obstáculos à chegada e propagação de escritos tidos como indesejados.

Sendo assim, é importante que se diga que este texto não é o resultado de pesquisas finalizadas, com ele eu não trago respostas, mas sim uma série de questionamentos, de indagações que considero pertinentes sobre um conteúdo que segue sendo mitificado por parte da historiografia nacional. Faço algumas conjecturas e elaboro algumas hipóteses que podem, penso eu, suscitar novos estudos, buscar novas respostas, ao invés de permanecermos com ares de certeza a respeito de um tema bastante relevante.

Dessa forma, espacialmente me volto para locais de considerável importância para o Império luso-brasileiro, a saber: Rio de Janeiro, Salvador e Lisboa, além de também privilegiar uma pequena parte do que se produzia em Londres. A escolha das três primeiras cidades se deve à relevância política, econômica e social que elas tinham dentro do Império, posto que, durante os últimos três séculos, a principal concentração de poder político português esteve nelas presente (MOREL, 2005). Já a capital inglesa foi escolhida devido às relações comerciais e diplomáticas bastante estreitas entre Portugal e Inglaterra, à relevante embaixada portuguesa ali estabelecida e, precipuamente, por conta dos jornais portugueses que lá eram editados e enviados a alguns territórios lusos (*Correio Brasiliense*¹, *O Investigador Português em Inglaterra*, *Espelho*, *O*

¹ Em todos os excertos retirados de jornais, ao longo do texto, foi atualizada a ortografia.

Português etc.).

Assim, na virada do século XVIII para o século XIX, ainda que o Reformismo Ilustrado proporcionasse um ambiente um pouco menos hostil à veiculação de alguns tipos de escritos do que em período anterior, a censura deveria inspirar a sensação de ser um elemento vigoroso e que tinha como finalidade coibir os escritos considerados subversivos à ordem política e religiosa. Em Portugal, a censura de todos os papéis produzidos no reino, e daqueles que nele entravam, era uma atribuição da Real Mesa Censória. Porém, a partir de decreto de 19 de julho de 1790, um dos órgãos da coroa, o Desembargo do Paço, sofreu reformas político-administrativas e passou a receber as atribuições censoras que cabiam à Real Mesa Censória, extinta desde então.

Subordinada ao Desembargo do Paço, e também com o intuito de cuidar da censura, havia a Secretaria da Revisão, composta por dois oficiais e vários censores. Entretanto, alguns anos mais tarde, em 17 de dezembro de 1794, um decreto passava a fazer distinção concernentemente aos papéis a serem inspecionados pelos órgãos da coroa: os escritos de cunho secular continuavam a ser da responsabilidade do Desembargo do Paço, enquanto que os escritos de teor religioso passavam a ser uma atribuição exclusiva do Santo Ofício.

Finalmente, no início do século XIX, o Desembargo do Paço seria ramificado, em consequência da transferência da Corte para o Brasil. Por alvará de 22 de Abril de 1808, foi criada no Rio de Janeiro uma nova instituição, designada 'Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens', com a incumbência de tratar os assuntos do Desembargo do Paço, Mesa da Consciência e Ordens e Conselho Ultramarino. Contudo, a instituição-mãe continuaria a funcionar no Reino, consultando, inclusive, o rei da Corte do Brasil [...]. (SUBTIL, 1998, p. 146)

Atinente às ideias que circulavam entre os portugueses, é relevante mencionar que as Luzes foram introduzidas oficialmente no Império luso-brasileiro a partir do reinado de D. José I (1750-1777) por seu ministro Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), conde de Oeiras, e depois, marquês de Pombal. Em comparação com outros Estados europeus, a Ilustração ganhou contornos mais suaves em terras lusas dadas as especificidades sociais da população, principalmente aquelas ligadas às tradições sociais e religiosas, podendo-se dizer que ali o Iluminismo prevalecente era católico e moderado. Desse modo, ainda que as alterações e as reformas promovidas por Pombal tenham sido relevantes à Portugal, posto que por conta delas tenha havido interessantes e importantes transformações econômicas, sociais e políticas, elas não foram suficientes para abalar a ordem constituída, isto é, o Antigo Regime – visto que reguladas pelo ministro (VILLALTA, 2015).

Com Pombal à frente do governo português, pretendeu-se utilizar algumas ideias difundidas a partir do Iluminismo para pôr Portugal novamente na marcha do progresso, ou ao menos, não o deixar tão “atrasado” em relação às potências europeias de então. Para tanto, mirava-se uma maior diversificação econômica do Império português com o incentivo às companhias de comércio, voltadas às colônias, e com o fortalecimento da coroa diante da Nobreza e da Igreja. Assim, ainda que Pombal tenha sido um incentivador e implementador do Reformismo Ilustrado, ele também se empenhava em reforçar o absolutismo monárquico (VILLALTA, 2015).

É interessante acrescentar que, àquela altura, fins do século XVIII, o absolutismo monárquico estava fortalecido em terras lusas por conta das reformas pombalinas e as políticas ligadas àquele sistema ainda ditavam o ritmo de muitas situações vivenciadas no Império português. Sob aquelas circunstâncias bem singulares e na esteira do que diz Jürgen Habermas (2014), a censura imposta ao que era escrito poderia ser uma maneira de a coroa tentar controlar tudo aquilo que circulava em público de modo a demonstrar a dominação que o monarca poderia exercer sobre as instâncias particularistas e corporativas daquela sociedade civil. A concentração de poderes nas mãos das majestades se deu, geralmente, a partir da tomada de controle na tentativa de suprimir aquilo que outras esferas sociais possuíam à base da tradição, especialmente no âmbito da esfera pública.

Indo ao encontro dos escritos de Habermas nessa linha de tentativa de controle das esferas

públicas pelos monarcas, Robert Darnton (2016) comenta que a presença e a força da censura na sociedade francesa no Oitocentos complementavam um momento de crescimento do Estado. Nesse sentido, a censura fazia parte de uma estrutura de reforço do poder absolutista, e ainda que a sociedade francesa não fosse tão similar à sociedade portuguesa, é muito provável que, tal como alguns elementos da Ilustração foram assimilados por esta, as características que diziam respeito à burocratização do Estado francês também devem ter servido de exemplo à administração portuguesa.

Não obstante as atribuições do Desembargo do Paço, em que os censores analisavam o que poderia ser impresso em Portugal (e na América portuguesa após 1808), bem como o tipo de impresso que poderia adentrar o Império português, o chefe da Intendência Geral da Polícia (sediada em Lisboa e no Rio de Janeiro, aqui depois de 1808) também ficava atento àquilo que circulava entre os súditos portugueses (europeus e americanos). Além de analisar os impressos, o intendente geral da polícia também voltava sua atenção para os manuscritos, de uso extremamente consagrado na América. Mas fosse em Portugal ou no Brasil, a atuação do intendente geral da polícia e as suas largas atribuições sócio-políticas (a ele cabia cuidar da limpeza urbana, da construção de pontes, da emissão de passaportes etc.), ficavam mais restritas à Corte. E isso era válido tanto para Lisboa como para o Rio de Janeiro (VILLALTA, 2016).

Dessa maneira, por questões atinentes à logística de deslocamento territorial, seria impossível, ou ao menos deveras difícil para o intendente geral da polícia fiscalizar toda a América portuguesa (já com amplas possessões, mas que nos anos da pesquisa ainda contava com dois novos territórios anexados a elas: as conquistas da Banda Oriental e da Guiana Francesa), e mesmo Portugal. Desse modo, caso viesse a ser efetiva, a atuação desse funcionário real no tocante à fiscalização de notícias e de ideias que circulavam por escrito deveria ser uma tarefa hercúlea.

Todavia, é importante deixar claro que, mesmo que algumas ideias relativas à Ilustração chegassem à América portuguesa por vias legais desde o século XVIII, como se vê em larga literatura e conforme os estudos de Morel (2007), percebe-se que teria havido por aqui uma filtragem dessas novas ideias por meio do citado Reformismo Ilustrado português, mas, também, que a leitura da elite em torno do período da Independência brasileira era selecionada a partir de traços da restauração francesa.

Alguns dos escritos que adentravam territórios lusos vinham para a América nas bagagens de colonos que retornavam às suas casas (principalmente vindos de Portugal) “trazendo livros, ainda que proibidos”. Mas até os

Livros condenados eram acessíveis para compra mesmo na Colônia quando faziam parte de espólios, e eram nessa condição arrematados, **ocorrendo sem problemas sua circulação por tal via. Outra forma de burlar os controles se dava pela compra de impressos nos navios que chegavam da Europa**, quer se tratasse de livros, quer das gazetas cuja circulação era vedada pelo governo. (JANCSÓ, 2018, p. 316, grifo meu)

Evidentemente que os livros tinham a sua função já consagrada como difusores de conhecimento relativamente a novas possibilidades e de novas perspectivas, mas, ainda que na América portuguesa eles tenham tido destaque, outros tipos de escritos eram de mais fácil transporte, leitura, assimilação e circulação, como opúsculos, panfletos, pasquins, jornais. Assim, a “disseminação de novas ideias ocorria sobretudo por intermédio de alguns impressos, manuscritos e pela comunicação oral e não sob a forma de uma reflexão de cunho mais sistemático e livresco” (SANTOS; FERREIRA, 2014, p. 46).

É digno de nota acrescer que, a despeito das muitas proibições e restrições feitas pela coroa portuguesa acerca do tipo de material escrito que poderia circular pelas colônias da América portuguesa, as conjurações de Minas Gerais (1788-1789), do Rio de Janeiro (1794) e da Bahia (1798), bem como as revoluções de 1817, em Pernambuco e em Portugal (de Gomes Freire de

Andrade),² demonstram o quanto que o contrabando de ideias foi intenso malgrado os obstáculos oficiais impostos pelo Estado português à propagação de escritos. Para que as pessoas pudessem ter contato com estes, István Jancsó (2018) comenta que havia algumas bibliotecas espalhadas pelas colônias portuguesas na América, sendo que algumas delas eram bem supridas de livros clássicos, bem como dos contemporâneos. Diz também que a leitura e os comentários acerca de tais obras, e de outros escritos, se faziam ou poderiam ser feitos coletivamente, em reuniões, em jantares etc. Além disso, Jancsó assinala que a possibilidade de acesso àqueles escritos não tinha relação direta com a condição econômica nem social do leitor e/ou do ouvinte, e que isso se dava tanto em decorrência da costumeira prática de empréstimos de papéis, como pela extensão que as reuniões poderiam ter.

Nesses movimentos setecentistas, seus membros tiveram acesso a escritos de matizes variados, tanto os que haviam sido aprovados pelos censores quanto os que foram proibidos por eles, como jornais europeus e escritos da Ilustração francesa. No caso dos conjurados mineiros, além desta, eles ainda tiveram inspiração dos movimentos que levaram à independência das treze colônias inglesas da América do Norte;³ já os fluminenses conversavam e discutiam questões relativas à liberdade, à igualdade e ao regime republicano, e o mais surpreendente, entre pessoas de estratos sociais diferentes;⁴ os baianos, mais radicais, foram influenciados pelo ideário da Revolução Francesa, com a Conjuração Baiana tendo sido um movimento mais abrangente naquela sociedade e sendo de grande expressão da crise do Antigo Regime na América lusa (SANTOS; FERREIRA, 2014).

O período final do Setecentos e inicial do Oitocentos é de significativa importância em termos de transições sociais e políticas vivenciadas na América e na Europa, e é um momento em que escritos de todo tipo passam a ter grande circularidade por esses continentes. Há um aumento no número de livros e de jornais publicados. No caso de Portugal, por exemplo, a partir de 1808 vê-se aumentar o número de periódicos, mas em especial aqueles impressos no exterior, como em Londres e em Paris. Os autores das folhas impressas nestas cidades se valiam de situações de liberdade de imprensa (maior na Inglaterra do que na França) e conseguiam alcançar leitores e ouvintes em muitas partes do Império luso-brasileiro. Valentim Alexandre explica que

agora, com as novas publicações, a reflexão política concreta deixa de ser o privilégio de um número restrito de homens de Estado e de alguns poucos membros dos sectores sociais dominantes com acesso à corte, alargando-se a outras camadas, que passam a dispor de uma informação relativamente actualizada tanto sobre os acontecimentos ocorridos na Europa como sobre os problemas nacionais, fornecida mensalmente pelas verdadeiras revistas políticas que eram o *Correio Brasiliense*, *O investigador* e *O Português* [...] Melhor do que pelos números, **o impacto desta imprensa pode ser avaliado pela inquietação que provocava nos círculos governamentais luso-brasileiros, que por várias vezes tentaram, mas sem êxito, impedir a**

² O general Gomes Freire de Andrade encabeçou uma conspiração de cunho liberal em Lisboa, em maio de 1817, onde militares formavam o grosso dos insatisfeitos com a preponderância inglesa no governo do reino português. O movimento foi abafado em outubro daquele mesmo ano (NEVES, 2011). Registre-se que 1817 foi um ano de grande fermentação liberal na Espanha, em Portugal e no que é hoje o Nordeste brasileiro (BERBEL, 1999). Mello (2014) diz que os movimentos revolucionários de 1817 ocorridos no império estavam inseridos numa trama maçônica a fim de limitar os poderes da coroa portuguesa e que também teriam desdobramento na Corte carioca.

³ Como demonstra Kenneth Maxwell (2005), os conjurados mineiros tiveram acesso a escritos diversos, sendo que alguns deles tinham bibliotecas, e “mais rapidamente recebiam livros e informações do que chegavam às autoridades coloniais despachos oficiais de Lisboa” (MAXWELL, 2005, p. 147). Tais conjurados tiveram a chance de ler e de ouvir: Robertson (*Histoire de l'Amérique*), a *Encyclopédie* e textos de Bielfeld, Voltaire e Condillac, bem como de Adam Smith, além de o “*Recueil de Loix Constitutive des États-Unis de l'Amérique*, publicado em Filadélfia, em 1778, e que incluía os artigos da Confederação e das constituições da Pensilvânia, Nova Jersey, Dalaware, Maryland, Virgínia, Carolinas e Massachusetts. Continham, também, os comentários à constituição, de Raynal e Mably” (MAXWELL, 2005, p. 147); além da obra de Raynal que cita o “Brasil”: *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, de 1770.

⁴ Como os mineiros, os ditos inconfidentes do Rio de Janeiro também leram a *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, de Raynal, além de Émile: ou Da Educação, de Rousseau. Ademais, debatiam questões concernentes à Segunda Escolástica e à soberania popular (VILLALTA, 2000).

sua circulação em território nacional. (ALEXANDRE, 1993, p. 396-397, grifo meu)

Igualmente, em 1808, a partir do estabelecimento da Imprensa Régia na nova Corte do Império luso-brasileiro, no Rio de Janeiro, a imprensa (oficialmente inaugurada na América portuguesa) passava a ter grande importância em termos de difusão de informações, e adquiria também aspecto de um novo meio de propagação de escritos político-filosóficos, acrescentando novos conceitos e novas práticas políticas aos letrados e à elite brasileira (SOUZA, 1999). Nota-se que mesmo em grande atraso relativamente a quase todo o continente americano, o estabelecimento de uma oficina tipográfica no Rio de Janeiro proporcionava o nascimento de uma imprensa noticiosa, ativa, combativa e não apenas áulica. A gráfica que dava origem à Imprensa Régia havia sido trazida de Lisboa por Antônio de Araújo (posteriormente conde da Barca, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Guerra) e funcionaria de 1808 a 1821. Sua criação e funcionamento se deram no mesmo dia: 13 de maio de 1808.

A partir dali multiplicou-se indefinidamente o número de papéis impressos, inclusive com a abertura de novas tipografias em outras localidades brasileiras. Isso pode ser percebido por meio da notícia da autorização régia recebida por Manuel Antonio da Silva Serva,⁵ em 5 de fevereiro de 1811, para abrir uma tipografia em Salvador (SILVA, 2006). Sobre impressões no Brasil, vê-se em estudo de Isabel Lustosa (2000) que antes de 1808 houve tentativas de se imprimir textos, ainda que quase todas frustradas pela rigidez das normas de proibição da coroa. Analogamente, isso é percebido pela leitura do texto de Carlos Rizzini (1946), que cita três casos de tentativas de publicação de impressos anteriores a 1808, em que se percebe que a coroa portuguesa não queria que a imprensa fosse implementada em suas colônias americanas. Os casos por ele analisados, e estorvados, se deram: em 1706, em Recife; em 1746-1747, no Rio de Janeiro; e em 1807, em Vila Rica, sendo que nas duas primeiras ocasiões a coroa portuguesa obstou as tentativas, e no último parece pairar as brumas da falta de rastros, de evidências.

O alvorecer da imprensa no Rio de Janeiro em 1808 e seu desenvolvimento desde então ensejaram diversas alterações no cotidiano da nova Corte, já que com o aparecimento desse novo aparato, uma miríade de relações sociais era também afetada devido ao seu alcance. Claramente, foi um início tardio de atividade impressa mesmo em consideração a outras porções do continente americano, porém foi animador, visto que a demanda por impressões e por reimpressões haveria de ser alta na sede de um império. Igualmente, aquela atividade contava com a participação de correspondentes, editores, panfletários, folhetinistas, tipógrafos, censores, leitores (SCHIAVINATTO, 2008), ou seja, havia um considerável envolvimento social, econômico e político ligado à Imprensa Régia e aos papéis de lá saídos. Ocorreria ainda, em dado momento, a inversão colonial de atribuições relativamente à propagação de escritos e que transformaria a Imprensa Régia carioca em uma exportadora de impressos para Portugal (MOTA, 2009).

É importante dizer que o primeiro jornal produzido nas possessões portuguesas na América, de modo oficial, foi a *Gazeta do Rio de Janeiro* (10 de setembro de 1808). Apesar disso, o jornal que marcaria o início do periodismo brasileiro seria o *Correio Brasiliense* (1.º de junho de 1808) (SODRÉ, 1999; MARTINS; LUCA, 2012). Naquele período começava a haver a criação de jornais por motivações diversas, fossem os de duração efêmera ou os mais persistentes, produção que aumentaria à medida que o tempo avançava.

Desde a sua instalação na América portuguesa, a imprensa e o avanço das instituições políticas nacionais caminharam lado a lado. Pode-se dizer que “a nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas” (MARTINS; LUCA, 2012, p. 8). Desta maneira, vejo com grande importância o estudo de jornais do período oitocentista, com destaque para as fases de agitação e de transição política. Por isso, a importância de se investigar jornais que eram publicados em sítios de grande atividade política, para que se possa perceber, por meio

⁵ O redator do jornal *Idade d'Ouro do Brasil*.

dos escritos de seus redatores, bem como pelos de seus correspondentes, as nuances de tal momento e de tais localidades.

Assim, leva-se em conta que a imprensa fazia parte da engrenagem política e social de seu tempo, por ela se transmitia aos seus leitores e ouvintes as intenções e as esperanças de seus autores, assim como as suas hipocrisias e artimanhas. Apesar de desempenhar um importante papel, formidável como fonte primária, ela deve ser analisada como quaisquer outras fontes para as quais o historiador lança as suas questões, com rigor e atenção, de modo que as comparações possam ser feitas com o fim de melhorar a compreensão e a reconstrução do nosso passado.

Aproveito o ensejo para brevemente dizer que o referencial teórico pelo qual baseio meus estudos é aquele ligado à história do político. Tenho em vista que este tipo de história passou por uma grande revisão historiográfica durante o século XX, sendo refeito com novos aportes teórico-metodológicos e englobando aquilo que extrapola o individual (que era a principal crítica que se fazia à clássica história política: metódica, anedótica, elitista, biográfica etc.), estando presente e muito associada à coletividade, que é o universo da política.

Tendo ficado no ostracismo da historiografia, principalmente a partir da primeira geração dos *Annales* até os anos 1970, um dos grandes responsáveis pelo retorno triunfante da história do político foi o historiador francês René Rémond, o qual é um dos expoentes na revalorização da história do mundo político na historiografia contemporânea. Reapresentando a história política com uma grande capacidade de apreensão dos movimentos da humanidade, ainda atribuiu a ela o epíteto de “nova” para demonstrar seus maiores alcances enquanto suporte para a pesquisa histórica (RÉMOND, 2003). Pois essa nova história política era apresentada como sendo de vasta abrangência social, visto que os movimentos políticos passavam a ser enxergados como de grande extensão e participação social.

Igualmente em termos de alta relevância, o político e o social passam a ser percebidos como indissociáveis um do outro, sendo que o político seria o responsável pelo ordenamento social. É dizer que a compreensão de uma sociedade não se resume aos aspectos sociais, culturais e econômicos, posto que, com o político, o componente de mais relevo, um agrupamento de pessoas é mais que uma população, é uma comunidade (ROSANVALLON, 2010).

Entretanto, de volta ao objeto do texto, ainda que houvesse tentativas oficiais de entaves à entrada e à veiculação de livros e de outros impressos na América lusa, especialmente em período anterior ao do estabelecimento da sede da monarquia no Rio de Janeiro, parte dos jornais que passaram a circular por ali a partir de então também exploraria uma nova perspectiva, a de um novo espaço de notícias e de opiniões voltado a um público que, ainda que restrito, poderia aumentar. A partir daí, entre 1808 e 1821 (ano em que a censura prévia era drasticamente diminuída), passava a haver um considerável fluxo de jornais e de panfletos, enfim, de escritos, não obstante a censura (SLEMIAN, 2006). Além disso, como o Rio de Janeiro era a nova sede do poder imperial português e a nova capital passava a abrigar grande parte da nobreza lusitana, como os elevados escalões militares e burocráticos do Estado, via aumentado o número de altos comerciantes (nacionais e estrangeiros – britânicos em sua maioria), e das delegações diplomáticas que para ali acorriam.

Destarte, a coexistência entre panfletos e folhetos manuscritos com panfletos e jornais impressos se deu por certo tempo em territórios portugueses. Assim também ocorreu com a cultura de cunho estritamente oral e com a cultura letrada, contíguas em um momento em que a correlação de ambas fez aflorar um ambiente favorável à politização das ruas, com a presença de vários setores sociais na cena política, visto que o “debate assim transcorrido fez com que a política ganhasse dimensões efetivamente públicas [...] ensejou a formação de uma embrionária, porém ativa, opinião pública, elevada à nova fonte de legitimidade política” (BASILE; CARVALHO; NEVES, 2016, p. 89). Desta feita, a opinião publicada por alguns jornalistas passava a experimentar uma situação de “oposição à antiga autoridade dogmática”. O conceito de opinião pública, inclusive, é muito interessante quando se trata de um tema referente à circulação de papéis. Numa sociedade

como a luso-brasileira, a qual, em início do século XIX, estava vivenciando o ocaso do Antigo Regime, um momento de transição em que muitos conceitos tinham seus sentidos alterados em decorrência de um momento de grandes transformações sociais, políticas e econômicas, a opinião não fugiria àquele contexto de mudanças. Lentamente, ela deixava de ter seu sentido atrelado à individualidade, ao julgamento privado do que se passava em sociedade, isto é, em público, e começava a adquirir aspectos mais abrangentes e relacionados à reflexão privada dos negócios públicos, algumas vezes com discussões feitas em público e/ou do que era público (NEVES, 2014, p. 156-158).

A presença de folhas manuscritas, bem como a de pasquins e de cartas anônimas espalhadas por ambientes públicos como ruas, largos, praças e a de cartazes afixados em portas de casas diversas ou de imóveis ligados à coroa, corrobora a ideia de que a cena pública luso-brasileira já era acessível a muitos segmentos sociais e com um movimento de hibridismo político-cultural, pois contava com situações típicas de ambientes do Antigo Regime, mas também já vivenciava influências da modernidade política liberal.

Assim, expedientes como a leitura em voz alta para certo número de pessoas, feita onde quer que fosse, permanecia como prática corrente no Brasil ainda após o estabelecimento da imprensa. A produção e a circulação de manuscritos também perduraram mesmo após a consolidação dos impressos, além de terem continuado a influenciar na crítica política (MOREL, 2005). Então, a difusão do que era veiculado na imprensa se inseria em um meio de relações culturais em que folhetos, pasquins e oralidade já eram tradicionais, e talvez nenhum desses meios fosse restrito a algum segmento social e tampouco exclusivo a algum deles. A informação contida nas folhas periódicas “perpassava amplos setores da sociedade” e “não ficava estancada a um círculo de letrados” (MOREL, 2012, p. 25), embora fosse natural que estes dominassem a leitura direta dos impressos e especialmente a sua produção.

Então, o que é possível depreender daquele momento é que a ampliação do espaço público luso-brasileiro independia da imprensa e de seu surgimento, bem como de sua consolidação, a partir de 1820. A expansão de vozes, gritos, gestos e da palavra escrita (manuscrita ou impressa), que Marco Morel (2005) chama de *vox populi*, estava em curso irreversível na porção americana do Império português mesmo antes de a imprensa ter tido a censura prévia abolida pelas Cortes Constituintes de Lisboa (29 de setembro de 1820) e confirmada por D. João VI (decreto de 3 de março de 1821). Malgrado alguns ainda considerem o debate político via impressos apenas com o fim da censura prévia, um movimento de crítica e de opinião políticas já se mostrava presente nas colônias portuguesas da América pelo menos desde fins do século XVIII (VILLALTA, 2016).

Dessa maneira, pode-se supor que a censura não haveria de ser um instrumento infalível nem mesmo ubíquo, o que me leva a conjecturar acerca da impossibilidade de o aparelho burocrático censor luso-brasileiro controlar com mãos de ferro os papéis que circulavam em suas possessões, fossem eles impressos ou manuscritos. Desde pelo menos a década de 1790 que a censura estava estabelecida, institucionalizada e aparatada para atuar de maneira a tentar estorvar os escritos e escritores que poderiam vir a trazer inconvenientes à coroa portuguesa e à religião católica. No entanto, há muita diferença entre estabelecer proibições legais e implantá-las em um vasto território, cujo controle e vigilância eram de difícil execução. Percebo que o maior sucesso, de fato, do aparato censor português foi a proibição relativa ao estabelecimento de tipografias em quaisquer partes do Brasil. Porém, transmitir essa circunstância bem-sucedida de embaraço concernentemente à não abertura de oficinas tipográficas antes de 1808, para uma situação de se falar em sérios obstáculos à entrada e à circulação de papéis nas colônias portuguesas na América é querer enveredar-se por algo que as fontes não confirmam.

Nos impressos produzidos especialmente a partir de 1820 havia um discurso político cuja finalidade não era exclusividade dos “intelectuais”, afinal, alguns periódicos e folhetos buscavam uma relação de proximidade com a oralidade justamente a fim de cativar os leitores menos

instruídos, de facilitar a leitura e melhorar seu entendimento, bem como para que a relação oral-escrito pudesse dar credibilidade ao impresso. Com uma linguagem de alcance mais amplo e com escrita mais acessível, em especial nos anos 1820, era costumeiro que jornais e panfletos expusessem os significados de expressões e de termos novos ou pouco conhecidos em seções onde explicavam algumas situações e o vocabulário político em voga (SCHIAVINATTO, 2008, p. 13; 25). Isso se dava porque a função primordial da imprensa e de seus redatores era pensada no sentido de ensinar a população carente de instrução (LUSTOSA, 2003). Isso fica patente na edição de número um do *Correio do Rio de Janeiro*, em que seu redator, João Soares Lisboa, diz não ter luzes suficientes para ilustrar nem dirigir a opinião pública, porém, possuía muita firmeza de caráter e “probidade para manifestá-la”, ao fazer referência às correspondências que inseriria em sua folha com o intuito de instruir as pessoas.⁶

Por outro lado, embora houvesse os periódicos de mais ampla recepção, havia também aqueles cujos jornalistas buscavam o debate ou o diálogo com outro veículo, e assim, mostrar erudição e pautar a opinião dos mais instruídos, como era comum ao mui erudito José da Silva Lisboa (depois visconde de Cairu). A partir de 1821, e principalmente em 1822, foi bastante comum o embate travado entre jornalistas de Portugal e do Brasil por questões políticas atinentes aos dois reinos.

Por aquela altura, apesar de terem diminuído as tentativas de se obstar a circulação de periódicos no Brasil e em Portugal, diz-se que foi somente a partir da abolição da censura prévia, em 1820-1821, que a imprensa periódica cresceu substancialmente no Brasil (NEVES, 2003). Sobre essa temática, Marco Morel (2005) acrescenta que com a liberdade de imprensa se criou um espaço de expressão pública no Brasil. Esse espaço teria proporcionado grande alívio a muitos escritores, que a partir de então poderiam expressar aquilo que antes seria majoritariamente de domínio privado. Nesse sentido, os redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense* (Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo) argumentaram que, em um cenário de maior liberdade política, como era aquele vivido no período de introdução do liberalismo entre os portugueses, a imprensa também experimentava maior liberdade. Contudo, dizem que, mesmo quando havia repressão a alguns escritos, não havia receio em se escrever, desde que se bendissesse os mandatários. Os dois redatores dizem ainda que no contexto de maior liberdade havia quem usasse a liberdade dos impressos para combater a liberdade de imprensa, e “os que combatem esta Liberdade da Imprensa não só usam dela, mas também abusam, cometem o mesmo crime que exprobram”.⁷

O ano de 1821 segue sendo visto por alguns historiadores como aquele em que o debate de ideias políticas surgia, de fato, na imprensa brasileira, e que só a partir de então, jornais de diversos locais poderiam noticiar livremente acerca da política, ampliando o espaço público brasileiro no campo das letras impressas (NEVES, 2011; MOREL, 2005). Mas, o que se via então era uma mitigação nas instruções referentes à censura de papéis circulantes pelo império, e não o seu fim. Isso fica evidenciado no *Correio Brasiliense*, quando da publicação de um ato da Junta Provisional do Governo Supremo estabelecida em Lisboa após a aceitação, naquela cidade, do regime liberal (15 de setembro de 1820) inaugurado no Porto (24 de agosto de 1820), que por meio de uma Portaria suspendia a proibição dos periódicos portugueses impressos no exterior e se recomendava aos censores razoável franqueza e justa liberdade quanto às análises dos escritos a fim de facilitarem os meios para a propagação das Luzes e do conhecimento.⁸ Ou seja, não tinha havido o fim da censura nem dos censores, o que havia era uma nova determinação de como tratar os textos que seriam produzidos e os que circulariam pelo Império.

Entretanto, como se vê demonstrado até aqui, percebe-se que mesmo anteriormente à suavização da censura prévia (1820-1821), já existia um debate político no Império luso-brasileiro

⁶ *Correio do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, edição de 10/04/1822, n.º 1, p. 1.

⁷ *Revérbero Constitucional Fluminense*, Rio de Janeiro, edição de 15/11/1821, n.º V, p. 51.

⁸ *Correio Brasiliense*, Londres, edição de novembro de 1820, n.º 150, v. XXV, p. 498-499.

que prescindia da imprensa produzida na porção americana do império. Provavelmente, um cenário de críticas e de debates políticos não era exclusivo da esfera privada, essas críticas e debates certamente chegavam a ambientes públicos. E quer fossem debates restritos a manifestações breves, pontuais e tradicionais (como a fixação de cartazes de protesto, veiculação de pasquins etc.) ou mais abrangentes e/ou modernos (como a circulação de jornais, de panfletos, de folhetos, de memórias etc.), não parece mais ser possível sustentar que a abertura do debate político luso-brasileiro tenha se dado apenas com a pontual liberdade de imprensa. Até mesmo porque, anteriormente à diminuição dos efeitos da censura, livros e jornais estrangeiros circulavam por aqui, clandestinamente ou não; ou como posteriormente se vê, tanto em Portugal quanto no Brasil, a liberdade de imprensa não teve muita amplitude, sendo obstada pelas Cortes ou pela coroa em algumas oportunidades e de acordo com os interesses de momento.

Acerca da expansão e da ampliação do espaço público na América, a trasladação da Corte portuguesa para o continente americano fez surgir algumas iniciativas no sentido de melhorar a estrutura urbana de algumas cidades e vilas, notadamente a do Rio de Janeiro. Coadunada aos melhoramentos urbanos, havia também a necessidade de se alterar algumas características sociais tipicamente coloniais, de modo a adaptá-las aos comportamentos europeus mais “progressistas”, cortesãos e em que a esfera pública experimentava certa preponderância frente à esfera privada. Isso porque, na colônia, esses dois âmbitos ainda eram muito afeitos um ao outro, com bastante imbricação entre si, em especial no que tocava à privacidade (PRIORE, 2018). Um bom exemplo da fase que faz o público se sobressair ao privado pode ser visto em uma edição do jornal *Idade d'Ouro do Brasil*. Nela se fala que algumas características arquitetônicas de Salvador, como rótulas e gelosias presentes em alguns imóveis, estavam sendo substituídas por gradis de ferro e/ou por vidraças, de maneira a desafeiçoar a cidade de um estilo mourisco e do qual chegou-se a dizer que lembrava muito Argel.⁹

Desta feita, na capital baiana foram empreendidos alguns esforços a fim de tornar aquele sítio mais propício às manifestações coevas de cunho público, como por meio de algumas iniciativas governamentais (especialmente feitas pelo governador e capitão geral da Capitania, o 8.º conde dos Arcos) e sociais que dotariam aquela localidade dos meios capazes de se representar essas novas manifestações de forma mais apropriada àquele momento. Isso se daria nos primeiros quatro anos após a chegada do príncipe D. João à América, e se materializaria com algumas edificações: de um passeio público, de um teatro, da praça do comércio, da Aula de comércio e de uma biblioteca pública, além da melhoria do porto. Esses locais seriam estabelecidos à custa da junção do interesse governativo e do social local, e aquela sociedade prontamente atenderia às chamadas de subscrições que visavam angariar fundos para o estabelecimento de tais utensílios públicos. As inaugurações também costumavam contar com grande número de espectadores, de vários segmentos, demonstrando o atrativo relativamente a esses novos locais.

Nas páginas da *Idade d'Ouro do Brasil* é possível ver as subscrições citadas, assim como as loterias, cuja finalidade seria, também, a de arregimentar fundos para as obras, além de haver doações individuais e a cessão de escravos “oficiais” que auxiliariam nas ditas construções. Vê-se assim, por exemplo, que havia um “PLANO PARA A LOTERIA PERTENDIDA [sic] EM FAVOR DA OBRA do novo Teatro da Cidade da Bahia, que se acha a erigir nas Portas de S. Bento”.¹⁰ Também se noticia um cronograma referente à *Livraria Pública*, inaugurada no dia 4 de agosto de 1811, dizendo-se que ela se encontrava no mesmo local em que funcionava a “Livraria do Colégio dos proscritos Jesuítas”. O governador da Capitania, conde dos Arcos, esteve presente na solenidade de inauguração, assim como pessoas de “todas as Ordens”. Foi destacada a importância daquela biblioteca para o progresso civilizacional da Bahia,

⁹ *Idade d'Ouro do Brasil*, Salvador, edição de 10/09/1811, n.º 35, p. 3.

¹⁰ *Idade d'Ouro do Brasil*, Salvador, edição de 25/06/1811, n.º 13. p. 4.

[...] e pelas doces esperanças de melhoramento que pregonha [sic] a difusão das luzes. Conhecimentos de todos os gêneros postos ao alcance de todos os curiosos não de excitar os talentos até agora amortecidos [...] Todos os dias, à exceção das Quartas-feiras, estará a Livraria patente a todas as pessoas de qualquer condição.¹¹

E acrescentava-se um pedido: que os subscritores se acertassem com o tesoureiro.

É digno de nota dizer que tanto antes da efetivação da edificação da “Livraria Pública” de Salvador, quanto depois de ficar pronta, era lugar-comum que, por meio da *Idade d’Ouro do Brasil*, se noticiasse doações de livros, de quadros e de jornais de diversos tipos e de distintas partes do planeta. Vê-se em muitas edições que a grande maioria das doações partia de “compatriotas” (entenda-se aqueles nascidos na Bahia) que estavam estabelecidos em outras praças, em especial em Lisboa e em Londres.

Apesar do que é reiterado em parte da historiografia, relativamente à censura e a outras (im)possíveis dificuldades impostas pela coroa à circulação de escritos e de ideias pelo império luso-brasileiro, tenho visto pelas páginas do *Correio Braziliense* e da *Idade d’Ouro do Brasil* que tais empecilhos não eram tão consideráveis. E que especialmente as cidades portuárias da América eram, por repetidas vezes, alvo de bombardeios de diversas notícias e de distintos pontos do globo. Conforme se verifica a partir do periódico baiano supracitado, Salvador tinha amplo destaque nessa rota de difusão de informações, fossem estas verídicas, falsas, exageradas. Mas é relevante perceber que tudo isso circulava de maneira praticamente livre por aquelas paragens.

Nos anos em que a Europa e parte do mundo vivenciavam e sofriam os efeitos da guerra em decorrência da expansão do império francês (sob Napoleão Bonaparte), semanalmente chegavam ao porto da Cidade da Bahia (posteriormente Salvador) navios de muitos lugares com uma série de informes. Estes se propagavam a partir de vias e meios diversos e, em muitos casos, ambas as formas de transmissão se confirmavam e se completavam, sendo que a disseminação de fatos e de ideias ocorria de quatro formas principais: 1) era ordinário que pela oralidade se informasse sobre determinado assunto acerca da Europa; 2) da mesma feita, cartas chegavam com narrativas de acontecimentos militares na península Ibérica e em outros pontos do velho mundo; 3) lia-se fatos decorridos na Europa e na América, especialmente vindos de Londres e de Lisboa, em gazetas diversificadas; e 4) bem como havia acesso à história, a “estórias” e a ensinamentos, conhecimentos proporcionados por meio de livros variados que também eram recebidos naquele porto, assim como uma série de escritos diversos, manuscritos e impressos.

Portanto, de modo a dar mais detalhes das maneiras como as informações e as ideias poderiam ser transmitidas a partir de várias partes do mundo às possessões portuguesas na América e lograrem circular por ali, e baseadas nas quatro formas de transmissão mencionadas acima, esboço algumas situações descritas e narradas tanto pelo *Correio Braziliense* quanto pela *Idade d’Ouro do Brasil*.

Assim sendo, era comum que, às vezes, as informações variadas viessem no *boca a boca* por meio de conversas trocadas com membros de tripulações de embarcações surtas¹² em Salvador, ou mesmo com passageiros – a saber, o porto de Salvador era bastante movimentado, sendo um importante destino no Atlântico sul. Informações desse tipo chegavam àquele porto com muita frequência e de muitos locais, mas especialmente de Cádiz, de Gibraltar, de Londres e de Lisboa, mas também vinham do Porto, da Ilha de São Miguel (Açores) e mesmo de alguma escala realizada no Rio de Janeiro. Como exemplo, cito duas edições da *Idade d’Ouro do Brasil* em que isso se demonstra: a edição de n.º 40, de 19 de maio de 1812 onde se lê: “pelas últimas notícias que aqui chegaram de Londres e de Lisboa, sabemos alguns sucessos que dão lugar muitas reflexões e que mostram que o atual estado da Europa vai insensivelmente mudando” (p. 4); e a edição de n.º 42, de 26 de maio de 1812:

¹¹ *Idade d’Ouro do Brasil*, Salvador, edição de 06/08/1811, n.º 25. p. 3-4.

¹² Surta é um termo náutico, um adjetivo mais comum no masculino (e que varia de gênero) e significa ancorado, fundeado.

Por uma embarcação que chegou aqui de Gibraltar, recebemos a feliz notícia de que os Aliados concluíram gloriosamente a empresa de Badajoz, ficando na posse daquela importante Praça. Quando nos vier à mão o Ofício de Wellington, exporemos com muito prazer os detalhes dessa ação. (IDADE D'OURO DO BRASIL, 1812, p. 3)

A prática epistolar era deveras conhecida, costumeira e difundida entre as pessoas que sabiam ler e escrever, precipuamente entre quem fosse instruído, inclusive porque era um meio de comunicação muito usual e talvez ainda fosse a principal maneira de trocar informações até as primeiras décadas do século XIX. De tal sorte que ao porto de Salvador chegavam muitas cartas com bastante frequência e com informes que diziam respeito a muitas situações distintas: política, literatura, sociedade, belicosidades etc. Na *Idade d'Ouro do Brasil* podem-se ver notícias citadas com bastante regularidade e que vinham por meio de missivistas, de correspondentes de lugares diversos e que informavam aos leitores, e aos ouvintes dessa folha baiana, sobre assuntos variados. É verdade que mesmo aos cônsules inglês e estadunidense, estabelecidos naquela capital, chegavam muitas cartas pelas embarcações de seus respectivos países.¹³ A presença de dois consulados em Salvador (pode ser que houvesse mais) demonstra que esta cidade ainda tinha bastante influência e importância no império, a despeito da Corte estar estabelecida mais ao sul.

A terceira forma de propagação de notícias no tocante ao Brasil é a que mais me interessa e era feita pelos jornais. Novamente recorrendo ao periódico baiano, já muito citado, e ao porto da capital da Bahia, nota-se que a este chegavam muitos jornais. A maioria deles era trazida da Grã-Bretanha e de Portugal, mas não era difícil verem citadas folhas da Espanha, dos Estados Unidos da América e do México. Como o transporte marítimo ainda era lento no primeiro quarto do Oitocentos (se comparado à atualidade), as embarcações traziam muitíssimas edições dessas folhas e de alguns meses decorridos (nesse momento, muitos periódicos tinham sua tiragem mensal). À guisa de exemplo, o mais significativo carregamento desse tipo de impressos que encontrei até o momento veio com oito títulos de periódicos: *Courier de Londres*; *Morning Chronicle*; *The Times*; *The Weekly Messenger*; *Repertory of arts, manufactures*; *Les Ambigus*; *O Investigador Portuguez*; e *Correio Braziliense*. Salvo alguma grafia distinta da ortografia atual, eu os copiei como foram escritos na edição em que foram mencionados.¹⁴

É curioso e de grande importância frisar que o carregamento dos jornais citados, e em que se descreve o recebimento do *Correio Braziliense*, se deu em um período em que esse jornal português (digo português porque faz parte da semântica de pertencimento à nação portuguesa), mas produzido em Londres, estava proibido de circular pelos estados do Brasil e também no reino de Portugal e Algarves, assim como de ser portado por quaisquer pessoas em tais territórios. A proibição desse jornal, e de todos os escritos de seu “furioso” autor, se deu por Real Ordem de 17 de setembro de 1811, a qual foi dirigida à Mesa do Desembargo do Paço para as devidas providências.¹⁵ Não obstante a censura, é o próprio Hipólito da Costa, redator do dito periódico, quem diz que seu jornal era lido na Inglaterra, em Portugal e no Brasil.¹⁶ Isto é, apesar da proibição quanto à circulação e posse do referido periódico, ele estava presente nos locais em que era vedado, em mais uma mostra da fragilidade da censura. Esse fato corrobora a situação em que se demonstra como sendo de grande dificuldade o procedimento de censurar o que adentrava a América portuguesa, um território de extrema vastidão e de complexa vigilância.

O tipo de carregamento com jornais era comum, como se vê pelas folhas da *Idade d'Ouro do Brasil*. Por esse tipo de carga não ser extraordinário, em muitos desses carregamentos nem havia detalhamento de títulos, como em remessa feita a partir de Lisboa com sete periódicos

¹³ Como exemplo, veja-se nas edições de n.º 63 e 65 de 1811 da *Idade d'Ouro do Brasil*.

¹⁴ *Idade d'Ouro do Brasil*, Salvador, edição de 08/01/1812, n.º 2, suplemento extraordinário. p. 8.

¹⁵ *Correio Braziliense*, Londres, edição de julho de 1817, p. 3.

¹⁶ *Correio Braziliense*, Londres edição de julho de 1817, p. 124-127.

européus.¹⁷ Bem como daquele outro a bordo de um brigue inglês em que vieram folhas inglesas.¹⁸ Casos desse tipo são fartos na *Idade d'Ouro do Brasil*.

Mas afora a habitualidade referente às chegadas daqueles periódicos, outro fator poderia contribuir para a diminuição na descrição mais cuidadosa a respeito de quais jornais chegavam à *redação da Idade d'Ouro do Brasil*: optava-se por dizer “folhas inglesas” ao invés de dar maior detalhamento, como antes se fazia, em face à supracitada proibição referente ao *Correio Brasiliense*. Então, não é caso de dizer que esta folha tenha deixado de chegar às mãos de Manoel da Silva Serva (redator do jornal baiano), mas sim que ele apenas deixou de citar sua posse e leitura por ela ser proibida. Esse fato não prova a efetividade da censura, isso somente demonstra que ela era facilmente despistada, burlada, fosse por um expediente mais apurado (como pela negligência ao se nomear os itens de um carregamento), fosse por simples corrupção dos agentes da alfândega baiana e/ou de outro porto.¹⁹

A quarta maneira pela qual se recebia informes variados era por meio de livros. Muitos deles sendo enviados à América portuguesa a partir das cidades de Lisboa e de Londres, seguramente os principais centros fornecedores de quaisquer produtos aos portos desse continente. Pelas páginas da *Idade d'Ouro do Brasil* se vê que em Salvador existia ao menos dois pontos de vendas de livros (e também de jornais): um deles é a própria sede desse periódico, sendo sempre tratada como “Loja da Gazeta”; a outra não foi nomeada, mas se dizia que vendia cartas de jogar, gazetas e “todas as mais obras que forem saindo”.²⁰ Também era usual que se noticiasse envios de livros da Europa à América por doadores, especialmente feitos à biblioteca pública de Salvador. Em nenhuma das edições se menciona qualquer forma de cuidado referente a quaisquer tipos de livros, nem mesmo se fala acerca de fiscalização deles ao serem recebidos no porto, onde por certo havia uma alfândega. Talvez isso se desse porque a censura fosse algo tão costumeiro àquelas pessoas, que não demandava a explicitação de tais expedientes ou então porque o aparato censor era passível de ser ludibriado.

Nesse contexto, e como é mostrado neste texto, percebe-se que a censura era um instrumento que visava manter os súditos portugueses distantes de ideias que colocassem em risco as práticas absolutistas ainda correntes no império. É fato irrefutável que a censura existia, de modo algum eu estou a negá-la. Porém, ficam ainda algumas pontas soltas, algumas perguntas sem respostas; seria possível que o aparato censor pudesse funcionar de maneira eficiente e efetiva no intuito de evitar a entrada e a circulação de papéis entre quaisquer pessoas numa sociedade como aquela, que se diversificava e se tornava cosmopolita, sendo que durante o período colonial essa fiscalização havia se mostrado um instrumento extremamente débil? Penso não ser o momento (de minha pesquisa) de ter uma resposta taxativa, embora por enquanto eu veja que o poder da censura no Império luso-brasileiro seja superestimado por parte da historiografia.

Portanto, tendo aludido rapidamente aos movimentos contestatórios setecentistas brasileiros, bem como ao agitado ano de 1817 e suas duas revoluções; assim como à presença maciça de manuscritos, afixação de cartazes, de uma imprensa crescente, da circulação de livros; e o espaço público sendo gradativamente mais ocupado, acredito que seja bastante pertinente concluir este texto com uma grande dúvida referente à real eficácia do aparato censor luso-brasileiro, tendo-se mostrado falho, extremamente permissivo e/ou omissivo, ainda assim é estranhamente visto por alguns historiadores como um instrumento inquisitorial.

Fontes

¹⁷ *Idade d'Ouro do Brasil*, Salvador, edição de 08/11/1811, n.º 52. p. 4.

¹⁸ *Idade d'Ouro do Brasil*, Salvador, edição de 21/06/1811, n.º 12. p. 3-4.

¹⁹ Em edição de novembro de 1817, n.º LXXVII, v. XX, p. 116-118, *O Investigador Português em Inglaterra*, Londres, cita um caso de corrupção nas alfândegas de Portugal. Situação similar poderia se dar nas alfândegas do Brasil também.

²⁰ *Idade d'Ouro do Brasil*, Salvador, edição de 12/07/1811, n.º 18, suplemento extraordinário. p. 4.

Correio Braziliense. Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>.

Idade d'Ouro do Brasil. Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>.

Correio do Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>.

Revérbero Constitucional Fluminense. Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>.

Referências

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.

BASILE, Marcello; CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. Pelo povo ao rei, o poder é dado: a linguagem constitucionalista dos panfletos manuscritos da Independência. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; MARINS, Álvaro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Orgs.). *D. Leopoldina e seu tempo: sociedade, política, ciência e arte no século XIX*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016. p. 85-102.

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-399.

DARNTON, Robert. *Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo, Editora Unesp, 2014.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no fim do século XVIII. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018. p. 304-345.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. Introdução. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 7-19.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

- MOREL, Marco. Nação e revolução: o rubro veio historiográfico no Brasil na primeira metade do século XIX. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio (Org.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentum; Brasília: CAPES, 2007. p. 181-206.
- MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2012. p. 23-43.
- MOTA, Carlos Guilherme. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. 3. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009. p. 197-238.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais*. A cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan: Faperj, 2003.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A vida política. In: SILVA, Alberto da Costa e (Coordenador). *Crise colonial e Independência (1808-1830)*. Vol. 1 da coletânea História do Brasil nação: 1808-2010, direção de Lília Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva e Fundación Mapfre, 2011. p. 75-113.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Opinião pública. In: FERES JÚNIOR, João (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014. p. 155-171.
- PRIORE, Mary del. Ritos da vida privada. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018. p. 221-257.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 441-450.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação*. São Paulo: Livraria Kosmos, 1946.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA, Bernardo. Cidadão. In: FERES JÚNIOR, João (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014. p. 41-58.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre os manuscritos e os impressos. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla Pereira (Org.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 25-50.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A Idade d'Ouro do Brasil e as formas de sociabilidade baianas. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p. 155-175.
- SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SUBTIL, José. Os poderes do centro. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 141-243. [V. 4, O Antigo Regime (1620-1807)].

VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

VILLALTA, Luiz Carlos. *O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os brasis*. Coordenação: Laura de Mello e Souza, Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Nota de autoria

Augusto Henrique Assis Resende é doutorando em História na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (FCL/UNESP Assis), sendo bolsista pela CAPES. Mestre em História pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (FCL/UNESP Assis), tendo sido bolsista pela FAPESP. Licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: augustoharesende@outlook.com.br.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

RESENDE, Augusto Henrique Assis. Circulação de papéis: notícias e ideias pela América portuguesa (1808-1822). *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 195-210, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 31/05/2020.

Modificações solicitadas em 28/07/2020.

Aprovado em 24/08/2020.